



Evento: XXVIII Seminário de Iniciação Científica

PRAÇA PÚBLICA DO BAIRRO MODELO – IJUÍ / RS: REFLEXÕES RELACIONADAS À ACESSIBILIDADE URBANA¹

**PUBLIC SQUARE OF BAIRRO MODELO – IJUÍ / RS: REFLECTIONS RELATED TO
URBAN ACCESSIBILITY**

**Tarcisio Dorn de Oliveira², Augusto Mathias de Freitas³, Leonardo dos Santos
Hochmuller⁴, Sabrina Schreiber Jesus⁵**

¹ Pesquisa desenvolvida junto à disciplina de Urbanismo do Curso de Engenharia Civil da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

² Pós-Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Instituição de Ensino Superior Meridional. Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta.

³ Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

⁴ Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵ Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

RESUMO

A acessibilidade assegura aos sujeitos, portadores de deficiências ou não, o livre acesso e o uso de ambientes públicos com segurança e universalização. Por isso, sua aplicação e implementação deve ser instituída e assegurada em todos os ambientes, de forma especial e efetiva nos espaços públicos. Através de uma pesquisa qualitativa, o objetivo do presente estudo é observar a importância da implementação da acessibilidade em espaços públicos, por meio da NBR 9050 (ABNT, 2020), através da análise da Praça Pública do Bairro Modelo em Ijuí/RS, haja vista que em tal espaço predomina um intenso fluxo de pessoas para diversos fins. Fica evidente que todos os espaços públicos devem garantir a inclusão integralmente, uma vez que a inclusão reivindica a noção de pertencer, ocupar e vivenciar o *locus*. Dessa forma, a acessibilidade urbana relaciona-se com a garantia de acesso à circulação, bem como, a disponibilidade de vivência e utilização de equipamentos e espaços para todos os indivíduos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Nbr 9050. Análise qualitativa. Espaço público. Ijuí / rs.

INTRODUÇÃO

O número de portadores de necessidades especiais no Brasil é significativo, o que retrata a necessidade da acessibilidade como meio de propiciar a essas pessoas condições de acesso e vivências nos espaços públicos de forma segura. A acessibilidade e mobilidade, no entendimento da NBR 9050, apresentam-se como possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para uso com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos, bem como capacitar ao indivíduo



movimentar-se (ABNT, 2020). Nesse sentido, a inclusão é fundamental para o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos com deficiência na sociedade, garantindo a essas pessoas o direito de ir e vir (BRASIL, 2006).

Avaliar a promoção da acessibilidade inclusiva e implantações de acessibilidade torna-se imprescindível para que os direitos de todos sejam garantidos. O objetivo do presente estudo é observar a importância da implementação da acessibilidade em espaços públicos, por meio da NBR 9050 (ABNT, 2020), através da análise da Praça Pública do Bairro Modelo em Ijuí/RS.

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado é o qualitativo, onde foram usadas as técnicas de coleta de dados e avaliação da situação atual da acessibilidade urbana da Praça do Bairro Modelo. Em relação aos procedimentos, a pesquisa estrutura-se a partir da Pesquisa bibliográfica e documental – os conceitos analisados foram através de: artigos, trabalhos de conclusão de curso, normativas, legislações e censos e da Pesquisa de campo – procedimentos técnicos: entrevistas com os moradores do Bairro, análise de dados construtivos referentes à praça e pesquisa de campo envolvendo medição dos trechos de acesso (passeios, escadas, corrimões, rampas, banheiros etc.), comparativo dos dados obtidos em campo com as normativas vigentes e captura de fotos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Passeios

Na praça, todas as calçadas são constituídas de bloquetes de concreto sextavado, variando sua largura e estado de conservação, observando-se, de forma geral, a inexistência de pavimentação podotátil. Percebe-se que os trechos dos passeios externos são pavimentados com bloquetes em mau estado de conservação e possuindo diversas patologias. Além disso, em alguns trechos foram encontradas diversas intervenções realizadas pela própria comunidade, como cobertura dos bloquetes com argamassa ou concreto. Já os passeios internos, por sua vez, são compostos de bloquetes de concreto sextavado, no entanto, existe



uma pequena porção pavimentada por placas de concreto e ambas pavimentações se encontram em estado regular, apresentando problemas pontuais. Em relação às larguras dos passeios, todos encontram-se em conformidade com a NBR 9050 (ABNT, 2020).

Banheiros

O sanitário feminino, encontra-se impedido de acesso ao público, já o masculino está acessível, porém, o mesmo está inutilizável e em estado precário. O sanitário masculino apresenta medidas que não contemplam o que prescreve a NBR 9050 (ABNT, 2020), tornando-o inacessível para pessoas com deficiência. A norma também regulamenta alturas para os mobiliários sanitários e os existentes divergem da regulamentação. Outro fator importante é o piso utilizado, que além de não ser antiderrapante é escorregadio e, ainda, necessita de barras de apoio.

Escadas e corrimãos

O dimensionamento dos espelhos, passos, largura acessível e patamares de algumas escadas estão em divergências com a norma. As escadas existentes possuem larguras, passos, espelhos e patamares variados, além de estarem com a estrutura comprometida. Os corrimãos, têm a função de apoio aos usuários e devem ser construídos com materiais rígidos. Essas estruturas devem ser fixadas em paredes ou em barras de suporte e possuir altura regulamentar à norma (ABNT, 2020). E, assim como nas escadas, nos corrimãos da Praça do Bairro Modelo também foram encontradas diversas irregularidades, sendo que em alguns locais nem mesmo há corrimãos, tornando-se prejudicial ao acesso de pessoas com alguma mobilidade reduzida ou deficiência.

Rampas

A inclinação referente às rampas deve permanecer entre 6,25% e 8,33% e, em situações excepcionais, de 8,33% até 12,50%. Além disso, determina-se que sejam construídas com revestimento regular, firmes, estáveis e antiderrapantes (ABNT, 2020). Quanto à largura das rampas e seus patamares, devem possuir largura livre, mínima, de 1,50



m, sendo admissível 1,20 m e, ainda, possuir corrimão ou guarda-corpo. A presente análise leva em conta a inclinação das rampas, acabamento e revestimento superficial dos elementos, a largura dessas e a existência ou não de corrimãos.

Considerando que as rampas de percurso (RP) são todas aquelas que permitem o deslocamento de um ponto a outro sem dificuldades e obstáculos. A RP da Praça do Bairro Modelo é única e possui uma inclinação de 7%, estando dentro do intervalo recomendado pela NBR 9050 (2020). Sua largura é superior ao valor mínimo, não possui corrimãos e é revestida em concreto armado, com um bom acabamento rugoso.

As rampas de acesso (RA) permitem aos usuários acesso seguro aos ambientes, seja ao interior do espaço público ou a um ponto específico. No espaço investigado, existem rampas do passeio público para o interior da Praça, para a Unidade Básica de Saúde, para a cozinha e acesso ao salão de festas do Bairro. Alguns desses elementos necessitam de melhorias e regulamentação e, ainda, alguns espaços necessitam da construção de RAs, como o ponto de entrada da Sede do Bairro, que dá ligação do estacionamento ao ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lazer é direito de todo cidadão e deve ser compreendido como uma necessidade básica. Em consequência disso, é fundamental espaços públicos acessíveis, seguros e de qualidade, proporcionando inclusão. A Praça Pública do Bairro Modelo possui décadas de existência, o que interferiu na qualidade de sua infraestrutura, que hoje encontra-se em estado calamitoso de conservação, afetando diretamente na procura do espaço pelos moradores do entorno. Fica evidente a necessidade de uma requalificação no local, pois a praça necessita adequar-se aos requisitos mínimos exigidos pela NBR 9050 (2020).

Percebe-se a urgente necessidade de reforma das áreas e a instalação de pisos táteis, de modo a facilitar a circulação e permanência dos indivíduos com alguma deficiência ou com redução de mobilidade no local. Ressalta-se a necessidade de construção e/ou adequação de escadas, rampas (de acesso e de passeios), corrimões e balizamentos respeitando as observações da NBR 9050 (ABNT, 2020). Bem como, pensar em uma zeladoria da praça, garantindo segurança e apoio aos usuários do local.



Cabe à gestão municipal o papel de criar projetos e meios para revitalização dos espaços públicos em geral. As diversas leis, normas e decretos existentes servem como guias para que o processo de urbanização seja igual para todos, possibilitando um ambiente urbano mais receptivo e democrático, através da inclusão social. A qualidade dos espaços públicos reflete-se na qualidade de vida da população, garantindo a sociabilização, a sensação de bem-estar (mental, física e psicologicamente), reforçando a importância da praça junto a preservação dos valores culturais, sociais e de convívio humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm . Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. **Brasil acessível**: boas práticas em acessibilidade caderno 6. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.